

A Tecnologia da Informação reúne o conjunto de atividades e soluções providas por recursos computacionais e atualmente permeia quase todos os processos executados nas organizações públicas, tornando-se uma área estratégica para dar agilidade e promover o alcance e a efetividade das ações, programas e políticas governamentais. No âmbito do Ministério da Cidadania, a responsabilidade pela maioria das ações de TI está a cargo da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI).

A STI está diretamente subordinada à Secretaria Executiva (SE), o que lhe garante posicionamento estratégico assegurando o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação (TI) com os objetivos e as metas do Ministério da Cidadania. No nível operacional, a STI deve apoiar de forma eficiente a automação de processos e a aquisição, construção e licenciamento de soluções tecnológicas e informacionais para atender a processos técnicos e administrativos que permitam a gestão dos ativos financeiros, patrimoniais e o repasse de verbas federais aos Estados, DF e Municípios do país.

A conformidade legal é assegurada pelo cumprimento das instruções normativas, acórdãos do TCU e demais dispositivos legais, conforme aponta o Plano Estratégico e Plano Diretor de Tecnologia da Informação do

Ministério da Cidadania - [PETI/PDTI - biênio 2019-2020](#) cujas atualizações para o biênio 2021/2022 estão aguardando aprovação do Comitê Interno de Governança (CIG) do Ministério da Cidadania.

O Ministério da Cidadania adotou a modalidade de trabalho remoto em diversas áreas com base nas Instruções Normativas SGP/SEDGG nº [19](#) e [20](#), de 12 e 13 de março de 2020, observados os termos da [Portaria MS nº 356](#), de 11 de março de 2020. Diante desse cenário, a STI formalizou diretrizes internas para o acompanhamento e gerenciamento de atividades dos servidores e colaboradores que adotaram este regime de trabalho durante a pandemia. A iniciativa buscou sensibilizar as equipes para o compromisso, disciplina e constância necessários ao sucesso dessa forma de trabalho.

A STI possui atualmente a seguinte estrutura ([Decreto nº 10.357 de 20 de maio de 2020](#)):

- a) Gabinete STI - Subsecretário, Subsecretário Adjunto e Escritório de Projetos - EP;
- b) Coordenação-Geral de Sistemas de Informação – CGSIS;
- c) Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGINF;
- d) Coordenação-Geral de Gestão de Dados e Informação – CGGDI; e,
- e) Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação – CGGTI.

Auxílio Emergencial

No primeiro quadrimestre de 2021, a TI continuou com o desafio da operacionalização do Auxílio Emergencial (AE), [Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020](#), e do Auxílio Emergencial Residual (AER), [Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020](#).

Foram processados, de janeiro a abril de 2021, o AE e o AER para **401.630** beneficiários que realizaram contestações, seja por meio das plataformas digitais ou pela Defensoria Pública da União – DPU, além de decisões judiciais de reprocessamento de benefícios, referentes aos públicos ExtraCad e CadÚnico. Destes, 208.324 beneficiários retornaram à condição de elegíveis, representando a geração de **420.378** parcelas dos benefícios, que totalizaram o montante de **R\$ 281.540.400,00** encaminhados para pagamento à Caixa Econômica Federal.

A Coordenação-Geral de Gestão de Dados e Informação (CGGDI) atuou na [prestação de contas do Auxílio Emergencial](#), com geração de informações sintéticas e analíticas das operações de pagamento, devoluções e valores recuperados pelo Ministério da Cidadania.

Além dos pagamentos aos beneficiários, a STI também prestou serviços técnicos envolvendo cargas de arquivos, cruzamentos de dados, compartilhamento de bases de dados e construção dos painéis gerenciais

de devolução voluntária, contestações judiciais e extrajudiciais, pedidos de ouvidoria relacionados ao auxílio e pagamentos e cancelamentos de benefícios do Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Residual.

Entre as ações efetivas no período de janeiro a abril de 2021 estiveram as seguintes:

- Geração e envio das informações para emissão do Informe de Rendimentos no Portal do Auxílio Emergencial;
- Geração e envio das informações para consulta de devolução por pagamento de GRU, devolução por motivo de não saque após 90 dias e ressarcimento no Portal do Auxílio Emergencial;
- Geração e envio das informações para devolução de valores recebidos do Auxílio Emergencial na Declaração de Imposto de Renda por meio de emissão de DARF;
- Geração de arquivo com informações de beneficiários do Auxílio Emergencial para envio à Receita Federal do Brasil (DIRF).

Gestão de Dados e Informação

Além do auxílio emergencial, a área responsável pelos projetos de dados e pela gestão de informação apresentou os seguintes resultados no primeiro quadrimestre de 2021:

- Implantação em produção da carga diária do Cadastro Único para Programas Sociais;
- Entrega do Painel Bolsa Atleta;

- Entrega do Painel Gerencial da STI, com indicadores de força de trabalho, execução contratual e acompanhamento de projetos;
- Execução de 373 rotinas de operações relacionadas aos processos de operacionalização do Cadastro Único, Programa Bolsa Família, SNAS, Criança Feliz, Fomento e atualizações de bases de dados;
- Atendimento de 2.347 requisições de acessos aos ambientes analíticos (Teradata e Hadoop);
- Atendimento a 429 processos no SEI, sendo 350 relacionados com as demandas do Auxílio Emergencial.

Infraestrutura de TI

Dentre os resultados alcançados pela área de infraestrutura de TI no primeiro quadrimestre de 2021, tem-se:

- Criação de ambientes computacionais para a Plataforma "Mais Cidadania";
- Consolidação de bases de dados em ambiente com alta disponibilidade para melhor desempenho e resistência a falhas;
- Criação de novo ambiente de Ensino à Distância (EAD) para o Portal de Capacitação do Ministério da Cidadania;
- Realização de testes de carga (exame de desempenho e elasticidade de infraestrutura e aplicações) para o aplicativo Mais Cidadania e para ferramenta de Chatbot;
- Implantação de sistema de segurança de mensageria com quarentena de mensagens eletrônicas não desejadas ou perigosas;
- Migração de aplicações do domínio legado "mds.gov.br" para o domínio "cidadania.gov.br";
- Ampliação do uso de certificação digital na interoperabilidade entre sistemas de informação e bases de dados para a maior segurança no trânsito das informações;

- Estabelecimento de perímetro de rede externa para minimização dos riscos inerentes a ataques hackers;
- Aprimoramento da segurança da rede metropolitana do Ministério, incluindo a segurança física (salas técnicas, cabeamento e pontos de rede) e lógica (segmentação de sub redes, filtragem de pacotes, e funcionalidades de segurança das portas de rede);
- Atuação em diversos incidentes de segurança da informação, incluindo correções para 56 vulnerabilidades de Sistema Operacional dos servidores de rede de dados do Ministério; e,
- Implantação de sistema de controle de versão distribuído para uso no desenvolvimento de software.
- Contratações realizadas:
 - Garantia e suporte para sistema de armazenamento de dados (Contrato Administrativo nº 02/2021);
 - Certificados Digitais tipo A1 para aplicações do Ministério.
- Contratações em andamento:
 - Nuvem computacional;
 - Atendimento ao Usuário e Suporte à Infraestrutura;
 - Licenças de Antivírus;
 - Garantia e Suporte do Firewall;
 - Licenças ADOBE;
 - Aquisição de computadores e notebooks;
 - Aquisição de webcams;
 - Contratação de equipamentos de rede sem fio.

Sistemas de Informação

No primeiro quadrimestre foram registrados 42 atendimentos de demandas evolutivas visando aprimoramento e melhorias do sistema e-Gab que dá suporte às atividades do Gabinete do Ministro de Estado da Cidadania, seus assessores, secretários e outras autoridades.

Com relação ao Sistema de Informação do Programa Criança Feliz (e-PCF) disponibilizado pelo Ministério da Cidadania aos municípios de todo o Brasil, foram obtidos os seguintes resultados de janeiro a abril de 2021:

- 38 demandas resolvidas, distribuídas entre garantia e corretiva, que impactavam no funcionamento do sistema;
- 39 demandas evolutivas entregues. Algumas visando a melhorias no sistema e outras que fizeram a ampliação da atuação do sistema para o usuário final.

O Sistema de Comunidades Terapêuticas – SisCT contou no primeiro quadrimestre com:

- Resolução de 07 demandas de monitoramento que impactavam no funcionamento do sistema;
- Foram entregues 02 demandas evolutivas, ambas com resoluções de melhorias no sistema.

A definição do processo para Desenvolvimento de Sistemas resultou na padronização de modelos de entregáveis, além da institucionalização do processo na Wiki do Ministério da Cidadania.

Outras ações de Sistemas do primeiro quadrimestre de 2021:

- Evolução do aplicativo Progredir para autenticação via Gov.br disponibilizado nas lojas Android e IOS;
- Assinatura do Termo de Adesão ao Blockchain de consulta a CPF da Receita Federal e levantamento de escopo do Sispaa 2.0;
- Disponibilização da plataforma Mais Cidadania (+Cidadania) que possibilita acessar em um único local (mais.cidadania.gov.br)

todos os programas, ações ou serviços do Ministério da Cidadania;

- Definição e orientação para uso do Framework de Desenvolvimento para Linguagem JAVA;
- Definição e orientação para uso do Framework de Desenvolvimento para Linguagem PHP;
- Configuração SONAR (JAVA e PHP);
- Criação do novo repositório no GIT, com nova organização e estrutura de permissões para que atenda duas empresas de desenvolvimento;
- Configuração e inclusão dos artefatos, processos e fluxos em nova Wiki.
- Definição, descrição e orientação do Modelo de Dados Corporativo;
- Proposta do Dicionário de Dados;
- Definição, descrição e orientação de uso do modelo POP: Procedimento Operacional Padrão para modelos de dados;
- Atualização do Fluxo de atendimento, junto com os DBAs (Infraestrutura);
- Configuração do Repositório de Modelos de Dados;
- Padronização do Fluxo e Modelos para Auditoria de Teste;
- Auditoria de Qualidade Projeto SLI e Bolsa Atleta;
- Padronização Modelo de Design, seguindo os modelos do governo: eMAG, ePWG;
- Configuração Ferramenta Taiga, que permite o acompanhamento de Projetos ágeis e registro dos indicadores dos novos contratos;
- Mentoring para demais colaboradores/coordenações quanto ao uso do Taiga;
- Definição, em conjunto com o Gabinete da STI, sobre o Projeto Automação STI, que tem por objetivo facilitar a gestão dos projetos, dos colaboradores e dos contratos atuais da STI.

Governança de TI

A governança de TI executou o planejamento e acompanhamento da conformidade das contratações para garantir a otimização e melhor aplicação dos recursos assegurando, com isso, a eficiência dos contratos de TI. Ao final do primeiro quadrimestre de 2021, a STI contava com 20 contratos vigentes, sendo que 11 estavam sob a gestão da Coordenação-Geral de Governança de TI (CGGTI). A Coordenação-Geral de Infraestrutura (CGINF) estava com a gestão de 8 contratos, enquanto 1 estava sob a responsabilidade de gestão da Coordenação-Geral de Sistemas (CGSIS).

A Coordenação de Conformidade (CCF) envidou esforços para a padronização do processo de gestão e fiscalização do modelo de contratação adotado pela STI, com a customização da ferramenta *Taiga* para gestão das demandas e atividades dos Contratos. Foram desenvolvidos e testados modelos de artefatos e fluxos sendo, inclusive, desenvolvido em cooperação com a Coordenação-Geral de Gestão de Dados e Informação (CGGDI) um painel de informações gerenciais que permite a extração de relatórios dos serviços prestados.

ID	Descrição	Situação Atual
1	Licenças Adobe	Edital publicado. Pregão dia 02/06.
2	Garantia e suporte técnico do Storage NETAPP FAS8080	Concluído.
3	Garantia e suporte técnico de equipamentos de segurança (Firewall)	Artefatos do planejamento da contratação em revisão.
4	Serviços de NUVEM computacional.	Em fase de emissão de Nota de Empenho.
5	Contratação de solução de segurança (Antivírus)	Processo encaminhado para certificação orçamentária e posterior envio para a CONJUR.
6	Sustentação da Infraestrutura de TI e Central de Serviços	Artefatos do planejamento da contratação em revisão.
7	Equipamentos da "Sala Digital"	Em fase de emissão de Nota de Empenho.
8	2ª Contratação para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Edital publicado. Pregão dia 28/05.
9	Operacionalização do Auxílio Emergencial - 2021	Concluído.
10	Aquisição de Microcomputadores Desktops e Notebooks	Manifestado interesse na IRP 14/2021 (ME). Analisando Atas pro restante da demanda.

Dentre os resultados alcançados pela Governança no primeiro quadrimestre de 2021 podem ser apontados:

- Conclusão do Planejamento Estratégico de TI (PETI) e do Plano Diretor de TI (PDTI) do Ministério da Cidadania para o biênio 2021/2022 que aguardam aprovação do Comitê Interno de Governança (CIG);
- Inclusão das demandas do Plano de Capacitação da STI no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do Ministério da Cidadania e no Plano de Gestão de Pessoas de TI no PDTI 2021/2022;
- Monitoramento do Plano Anual de Contratações (PAC) 2021 e elaboração do PAC 2022;
- Aprimoramento dos processos e fluxos, e dos documentos de fiscalização e gestão de contratos sob a responsabilidade da STI;
- Melhoria na comunicação social da STI, possibilitando que os usuários, muitos em trabalho remoto, tomem conhecimento prévio de informações relativas às alterações e às manutenções promovidas pela STI;
- Melhoria na comunicação interna da equipe com reuniões de ponto de controle em que os servidores e colaboradores alinham, de forma contínua e permanente, as atividades e metas diárias de trabalho;
- Atendimento às demandas de Ouvidoria direcionadas à STI, a maioria relacionada ao Auxílio Emergencial, com os seguintes resultados no primeiro quadrimestre de 2021:
 - Serviço de Informação ao Cidadão – SIC - foram respondidas 40 solicitações de informação por meio de processos no SEI;
 - Sistema de Gestão de Demandas – SGD – foram respondidas 51 manifestações de cidadão por meio do sistema.

Segurança da Informação

No tocante às ações relacionadas com a proteção e a preservação dos valores informacionais da instituição e dos cidadãos no âmbito do Ministério da Cidadania, foram realizadas as seguintes ações:

- Atualização da Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados conforme legislação em vigor, parecer da Assessoria Especial de Controle Interno e análise da Consultora Jurídica do MC, aguardando aprovação;
- Considerações quanto à instrução normativa de uso de dispositivos móveis solicitadas pelo Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Elaboração da Política de Privacidade para os sistemas do Ministério da Cidadania a ser submetida à aprovação;
- Revisão da norma de correio eletrônico a ser aprovada;
- Revisão da norma de ativos de TI a ser aprovada;
- Participação do Seminário Internacional de Proteção de Dados – SGD/Economia.